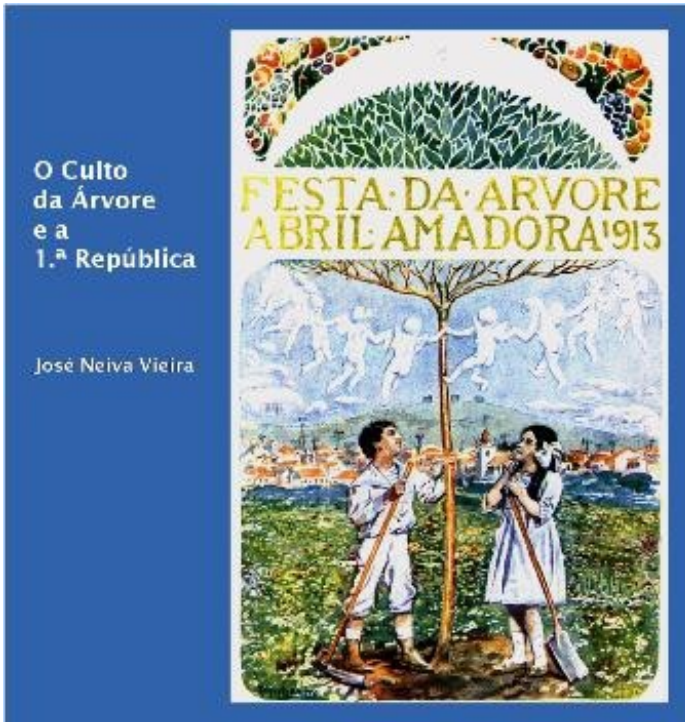


O Culto da Árvore e a 1.ª República

O culto da árvore, a Festa da Árvore, a classificação e proteção de árvores notáveis, o reconhecimento dos benefícios da arborização e da silvicultura, a necessidade de cooperação e diálogo entre os agentes que contribuem para a modernização florestal – valores e símbolos de tanto significado nos ideais da 1.ª República – mantêm-se no essencial atuais.



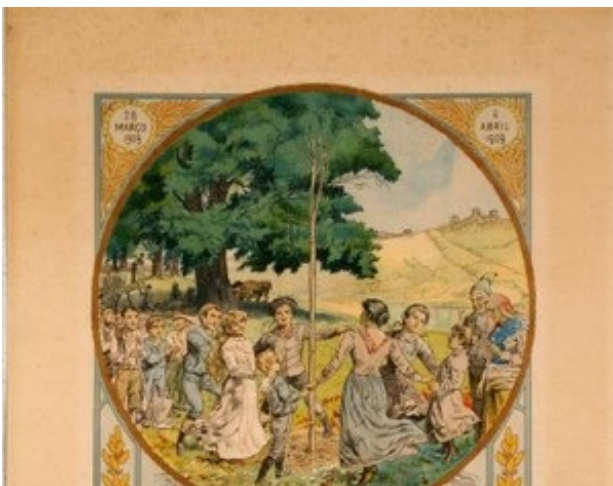
A implantação da República, a 5 de outubro de 1910, trouxe à sociedade portuguesa um conjunto de novos valores e símbolos.

Entre estes destaca-se o culto da árvore que se associa a outros valores centrais do republicanismo como a fraternidade, a educação e o culto da pátria.

Ao culto da árvore associam-se a realização de manifestações cívico-pedagógicas designadas de Festas da Árvore, a criação da Associação Protectora da Árvore e a sua meritória ação em prol da árvore e do desenvolvimento florestal do país, a propaganda sistemática a favor da árvore através de festas, conferências, plantações comemorativas e publicação de artigos de jornal e livros alusivos, a classificação e proteção das árvores

notáveis e ainda uma aposta na reorganização e modernização da Administração Florestal, de que as Conferências Florestais de 1914, 1915, 1916 e 1917 são exemplo, e a intensificação do regime florestal vocacionado para a arborização das dunas do litoral e do interior montanhoso e serrano.

A Festa da Árvore



As primeiras Festas da Árvore iniciaram-se em Portugal na fase muito final da monarquia por iniciativa de organizações republicanas.

A 26 de maio de 1907, realizou-se no Seixal a 1.ª Festa da Árvore, promovida pela Liga Nacional de Instrução, criada para promover a instrução nacional e principalmente o ensino primário popular. Destacam-se na sua organização duas figuras ilustres da Maçonaria – António Augusto Louro que presidiu à Comissão que promoveu a Festa da Árvore e Manuel Borges Grainha da Liga Nacional de Instrução. A Festa foi um enorme sucesso ao



qual aderiram alunos, professores e população do Seixal mas também destacados cidadãos e populações das proximidades.

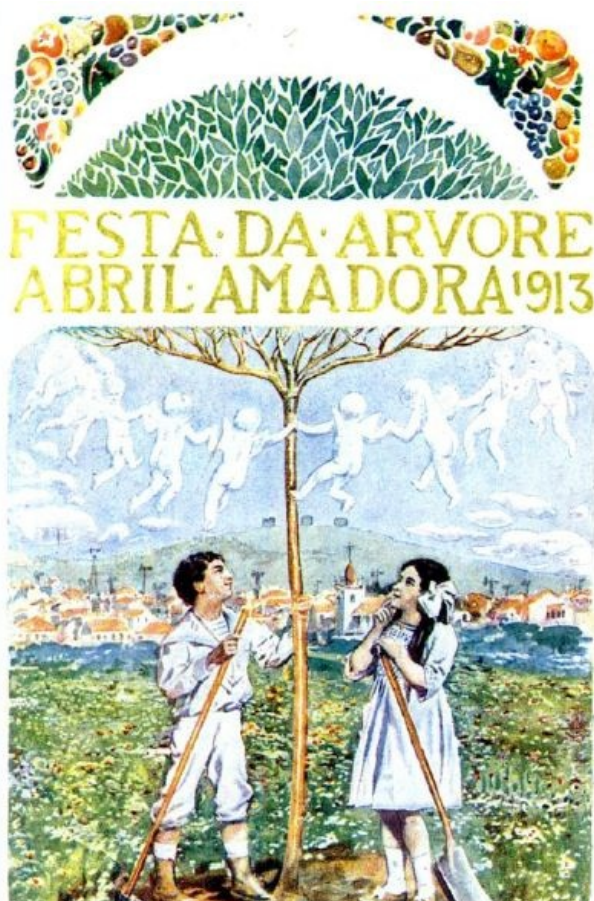
Nesse mesmo ano, também promovida pela Liga Nacional de Instrução, a 19 de dezembro, realizou-se em Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal, outra Festa da Árvore que mobilizou as e os estudantes das principais escolas da capital.

Estava assim iniciado um movimento cultural e cívico de celebração dos benefícios da Árvore e da Floresta, constando essencialmente da plantação de árvores, de um ambiente festivo e de discursos de propaganda a favor da árvore.

O panorama florestal do país era propício a este movimento, dada a significativa desarborização em que se encontrava e as necessidades crescentes em madeira. Ao longo do século XIX, tinha-se processado uma significativa desarborização de folhosas, nomeadamente carvalhos e castanheiros, as serras do interior estavam profundamente erosionadas e era necessário drenar pântanos e fixar dunas através da arborização. Logo no princípio do século (1901, 1903 e 1905) foi estabelecido o Regime Florestal, base jurídica para uma vasta ação do Estado em prol da arborização, nomeadamente em Baldios, começam os primeiros trabalhos de arborização nas serras e continuam os trabalhos de fixação de dunas.

Em 1908, a então Direcção Geral de Instrução chamou a si a responsabilidade de promover a generalização da Festa da Árvore a todas as escolas do país, tendo sido a Liga Nacional de Instrução, de que era Presidente Bernardino Machado, a grande dinamizadora das Festas até 1912.

Neste período referenciam-se Festas da Árvore em Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Aveiro, Santarém, Castelo Branco, Évora, Alcáçovas, Alcobaça, Lourinhã, Barreiro, Seixal, Moita, Fundão, Almodôvar, Lousã, Montemor-o-Novo, Amadora e em tantas outras terras.



Em 1912, o jornal "O Século Agrícola" chama a si a liderança das Comemorações lançando uma forte campanha de propaganda à escala nacional, que encontrou o maior eco junto dos governantes, dos agricultores, das escolas, das associações e das autarquias. Presidente da República, Ministros e altos responsáveis da administração pública e do poder local presidem às comemorações. Agricultores, viveiristas e Serviços Florestais asseguram o fornecimento das árvores a plantar. As ações de propaganda eram asseguradas pelos(as) professores(as), por prestigiados(as) agricultores(as) e técnicos agrónomos e florestais e ainda pelos(as) sócios(as) da Associação Protectora da Árvore, constituída formalmente em 1914 com vista à "propagação, defesa e culto da árvore". Esta associação, liderada pela figura ilustre do Dr. José de Castro, reconhecida pelo Governo como de Utilidade Pública, editou diverso material de propaganda, nomeadamente brochuras e postais, assumiu posições públicas sobre as vantagens do regime florestal e da arborização, a defesa das árvores monumentais, e o apoio à



Festa da Árvore. Editou ainda uma revista de que saíram 6 números nos anos de 1914 e

1915 em que, a par de informações e artigos técnicos, se divulgaram poemas em louvor da árvore, máximas florestais e discursos apoloéticos sobre os benefícios da arborização.

De 1912 a 1915, decorreu o período áureo das festas da Árvore, sendo 1913 o seu ano de eleição.

A implantação da República, em 1910, criou um quadro político propício às grandes campanhas cívicas e de esclarecimento das e dos cidadãos, como é tradicional, quando há mudanças drásticas de regime. E a Festa da Árvore enquadrava-se nesse espírito. Daí o grande entusiasmo dos vultos republicanos à volta destas iniciativas mas também a reserva, se não hostilidade, de forças conservadoras que viam nestas comemorações uma forma hábil de penetração dos novos ideários em meios, nomeadamente rurais, onde não tinham tradicional implantação. Tentativas de boicote, campanhas na imprensa e arranque das árvores plantadas foram algumas das ações promovidas contra a Festa da Árvore. (...)

- **O culto da árvore e a 1a República** [PDF 2 MB] - por José Neiva Vieira